

A multidão e o comum da comunicação:

Cordel dos Sem

Barbara Szaniecki

Revisão: Leonora Corsini

Introdução

Em sua trilogia (estou me referindo a *Império, Multidão e Commonwealth*, este último ainda não traduzido para o português), Antonio Negri e Michael Hardt apresentam suas ferramentas conceituais para apreender e lutar no atual contexto imperial erguido sob um tripé: a bomba, o dinheiro e o éter. Na globalização, a comunicação – o éter – adquiriu uma enorme importância a ponto de se confundir com o próprio processo imperial. Não há paz ou guerra que se sustente sem a comunicação. Não há *boom* ou crise econômica que não seja amplificada pela comunicação. Neste artigo pretendo desenhar um rápido panorama de como o tema da comunicação aparece na trilogia de Hardt e Negri para, uma vez analisado o contexto imperial e a constituição da multidão em luta, abordar mais especificamente a questão do “comum na comunicação” e pensar na constituição ou composição de uma alter-narrativa, ou seja, de uma narrativa dos movimentos urbanos como os dos Sem Teto, Sem Trabalho e Sem Mídia ou, como prefiro, Sem Máquinas Expressivas. Um SEM, contudo, que é um COM, ou seja, potência constituinte e não ausência ou falta: um Cordel dos Sem.

Império: a bomba, o dinheiro e o éter

Em *Império*, Hardt e Negri abordam duas transições que são, na realidade, interligadas: por um lado as transições de soberania – da soberania dos Estados-nação no período imperialista ao Império em rede –; e, por outro, as transições de produção que vou tratar mais especificamente aqui. Estamos vivendo a transição de uma economia industrial a uma economia pós-industrial (também denominada economia da informação) que não é bem uma passagem linear e sim uma complexa imbricação e, nela, a principal mudança envolve a comunicação entre produção e consumo. Se uma interface poderosa entre produção e consumo sempre existiu no setor de serviços, hoje essa relação envolve todos os setores da economia a ponto de caracterizar a própria economia. Um dos sintomas é a emergência de uma série de práticas: *namings, styling, branding, marketing*.. O mundo em *ing!* Juntas, essas práticas alvejam o design de toda a vida. Autores como Hal Foster falam em um projeto ou design total da vida.

Para apreender essa transformação da economia, Hardt e Negri (2001) definem “trabalho imaterial” a partir de três eixos: o trabalho de informatização da produção industrial que transforma por inteiro o processo industrial; o trabalho interativo de resolução de problemas e de produção simbólica (trabalho que o campo do design pretende abranger); e, finalmente, o trabalho de produção e manipulação de afetos (serviços de saúde, por exemplo, criam afetos enquanto a indústria do entretenimento estaria mais centrada na produção e manipulação do afeto). É importante constatar que as três categorias de trabalho imaterial envolvem, de imediato, cooperação e comunicação sociais.

E, sempre em relação ao trabalho imaterial (nas três vertentes apresentadas acima), Hardt e Negri assinalam como característica significativa da sua organização que, à diferença de como ocorria em formas anteriores de trabalho, o aspecto cooperativo e comunicativo do trabalho imaterial não é imposto e organizado de fora. Nele, a cooperação e comunicação é totalmente imanente à própria atividade. Em vários outros trechos, os autores insistem na cooperação e na comunicação contemporânea como imanente ou perfeitamente integrada ao sistema capitalista¹: “O que as teorias de poder da modernidade foram forçadas a considerar

¹ Essa questão foi tratada já em 1991, na revista *Futur Antérieur* e no artigo “Trabalho imaterial e subjetividade” publicado no Brasil no livro *Trabalho Imaterial* (2001). Nesse artigo, Lazzarato e Negri

transcendente, quer dizer, exterior às relações produtivas e sociais, é aqui formado no interior, imanente às relações produtivas e sociais. A mediação é absorvida dentro da máquina produtiva” (NEGRI e HARDT, 2001, p. 52). A questão da imanência da cooperação e da cooperação nas empresas contemporâneas também é desenvolvida por Paolo Virno através da figura do novo “virtuose”.

Nesse mundo onde a linha de montagem foi substituída por redes de produção, produzir equivale então a “construir comunalidades de cooperação e comunicação” (ibidem, p. 323) em “formas-empresa” que não se limitam ao chão fabril, muito pelo contrário, que se expandem ilimitadamente em redes de negócios. Não há nada de revolucionário ou emancipador na produção em redes em si, visto que redes constituem o novo sistema produtivo. Um bom exemplo para entender o que está sendo anunciado aqui é o desenvolvimento fenomenal das mídias sociais onde nosso trabalho alimenta o sistema capitalista sem trazer necessariamente benefícios a nós mesmos. Essa nova forma da produção – produção em redes – pode acomodar, e acomoda efetivamente, diversas formas de trabalho sem remuneração e sem proteção social garantidas: trabalho em tempo parcial ou pago por tarefa, trabalho em casa ou doméstico, trabalho *free lance* entre outras formas de trabalho “free” que mais se assemelham a atividade explorada do que a ação livre. Nas redes, trabalho sem renda e sem garantias proliferam.

E também não há nada de revolucionário ou emancipador na produção em redes em si quando a comunicação em comum gera mediação do consenso ou consenso da mediação, isto é, novas formas de representação. Mas tudo isso é pouco questionado, um “fora” sequer é vislumbrado, muito pelo contrário, as redes imperiais constroem sua legitimação neutralizando as diferenças, esvaziando de toda discussão a produção cooperativa e comunicativa de modo a tornar ineficaz toda contradição do sistema.

Sabemos que a questão da rede é central na proposta teórica de *Império*. Ou seja, diferentemente do imperialismo que supõe relações entre centro e periferia, o comando imperial se articula em redes, em redes de redes: redes de organismos internacionais como ONU, G20, etc.; redes de fluxos de capitais e de tecnologias; redes de instituições religiosas,

afirmam que foi Deleuze quem procurou compreender como a interface comunicacional que se impõe aos sujeitos se insere do externo da relação ao interno da atividade; do externo das relações de poder no interno da produção de potência.

de ONGs e, sobretudo, de corporações midiáticas; a essa lista, podemos acrescentar redes de movimentos sociais que, ao enredar redes em rede, promovem a centralização do movimento e, ao fazê-lo, tornam-se “parceiros” do sistema imperial. A observação dessas redes leva Hardt e Negri a afirmarem que o *controle* imperial opera com três meios globais: a bomba, o dinheiro e o éter². O que é esse éter? Cito mais uma vez, Hardt e Negri:

A administração das comunicações [...] aparece hoje, mais do que nunca, como prerrogativa soberana. Tudo isso, entretanto, se dissolve no éter. Os sistemas contemporâneos de comunicação não estão subordinados à soberania; ao contrário, a soberania parece estar subordinada às comunicações – ou, efetivamente, a soberania é articulada por meio de sistemas de comunicação. [...] No campo da comunicação, os paradoxos que produzem a dissolução de soberania territorial e/ou nacional são mais claros do que nunca. As capacidades desterritorializantes da comunicação são únicas: a comunicação não é satisfeita limitando-se ou enfraquecendo-se a moderna soberania territorial; em vez disso, ela ataca a própria possibilidade de vincular uma ordem a um espaço. [...]. Aqui chegamos a um limite extremo do processo de dissolução das relações entre ordem e espaço (HARDT e NEGRI, 2001, p. 368).

A distinção entre a soberania territorializada do imperialismo e o controle no Império desterritorializado é fundamental para apreender o papel da comunicação. Esse espaço-tempo completamente desterritorializado construído pela comunicação e por seus sinais – que Hardt e Negri chamam de éter – é a forma de produção à qual a sociedade inteira foi submetida eliminando todo caminho alternativo e antagonista aos fluxos do controle imperial e de comando capitalístico. Hardt e Negri parecem desenhar um horizonte catastrófico que lembram as análises de Guy Debord sobre o espetáculo, mas logo afirmam com entusiasmo que nos encontramos em uma situação extremamente aberta: “aqui, o lugar centralizado do poder precisa enfrentar o poder de subjetividades produtivas, o poder de todos aqueles que contribuem para a produção interativa da comunicação” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 369) Constituição do *socius* e comunicação praticamente coincidem no Império ou mundo

² A bomba é controlada por Washington, o dinheiro por New York e o éter por Los Angeles. Hardt e Negri, 2001, p. 366.

globalizado contemporâneo e, nessa comunicação social, há fortes elementos de controle, mas não é possível afirmar que “está tudo dominado”.

Essa situação de dominação difusa como uma contínua tensão entre o movimento centrípeto do comando capitalista *versus* o movimento centrífugo da cooperação de subjetividades desejantes e comunicantes. A ordenação capitalista não é localizada, muito pelo contrário, ela atravessa em fluxos essas subjetividades desejantes e comunicantes, organizando-as hierarquicamente para a produção econômica e, muitas vezes no mesmo momento ou movimento, para a representação política. E vice-versa, assimetricamente. Existe também, ao mesmo tempo, uma contínua tensão entre o poder do capital que quer reduzir toda informação ou comunicação a uma medida (taxa demográfica, pesquisa de opinião, modelos de tevê e rádio com taxas de audiência, números de “curti” no *Facebook*, etc.) e a potência de uma produção cooperativa e comunicativa que é desmedida no sentido que não há possibilidade de quantificar nossa cooperação e comunicação onde há sempre um excedente, elementos irreduzíveis e aleatórios, fora de controle.

Essa afirmação de uma situação aberta no Império é importante para minha proposta de um “Cordel dos Sem”. Se, como vimos e “ao contrário do que muitos relatos pós-modernistas gostariam que acontecesse, a máquina imperial, longe de eliminar narrativas principais, produz e reproduz narrativas para validar e celebrar o próprio poder” (ibidem, p. 53), a produção de outras narrativas através dos meios de comunicação modernos, das corporações midiáticas contemporâneas e, sobretudo, de monstruosos agenciamentos heterogêneos assume uma urgência absoluta para os movimentos sociais e culturais. Para avançar, é preciso reconhecer o espaço-tempo no qual é possível constituir essas alternativas e reconhecer os seus sujeitos: multidão.

Por dentro e para fora do corpo do Império, a carne da multidão

Já na quarta e última parte do livro *Império* – que definimos como redes de controle político (com representação) e produção capitalista (com comando) na contemporaneidade –, é introduzido o conceito de multidão com a afirmação que “precisamos investigar especificamente como a multidão pode tornar-se sujeito político no contexto do Império” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 418). Um sujeito político, sim, mas um sujeito político vestido

de uma multiplicidade de subjetividades. Há sempre pelo menos dois aspectos entrelaçados na multidão: um aspecto que é primordialmente econômico e diz respeito à imanência da cooperação e da comunicação no trabalho imaterial (o que não significa que, na multidão, não ocorram tentativas de transcendentalização da sua produção cooperativa e comunicativa, para fins políticos eventualmente); e um aspecto que é primordialmente político e diz respeito à organização democrática da multidão (o que não significa que, na multidão, não ocorram tentativas de centralização e de representação política, com finalidade econômica eventualmente). Ambos os aspectos são atravessados por uma resistência que se define como criação de alternativas à produção capitalista e ao sistema da representação. E esses dois aspectos se articulam quando se trata de construir uma alternativa ao corpo produtivo e político do Império. “Corpo” entendido como uma organização hierarquizante e tendencialmente centralizadora que, inclusive, pode atravessar redes sociais e tecnológicas.

Ou seja, embora na atual transição para a sociedade de controle em redes ocorra um achatamento das instâncias verticais características da sociedade disciplinar em prol da generalização da cooperação e da comunicação horizontal (potencializada pela tecnologia p2p), a tendência à organização hierarquizante e centralizadora permanece por meio de complexos e sutis dispositivos de controle, desde dispositivos legais como as leis de *copyright* até dispositivos subjetivos de controle. Daí a referência ao “corpo orgânico”, isto é, o corpo organizado a partir das funções específicas de cada órgão. Para pensar uma alternativa ao corpo produtivo e político do Império, Hardt e Negri falam da carne da multidão:

A carne da multidão é puro potencial, uma força informe de vida e, nesse sentido, um elemento do ser social, constantemente voltado para a plenitude da vida. Dessa perspectiva ontológica, a carne da multidão é uma força elementar que constantemente expande o ser social, produzindo além de qualquer medida de valor político-econômico tradicional. Qualquer um pode tentar capturar o vento, o mar, a terra, mas eles sempre serão mais do que podemos apreender. Do ponto de vista da ordem e do controle políticos, assim, a carne elementar da multidão é desesperadamente fugidia, pois não pode ser inteiramente enfeixada nos órgãos hierárquicos de um corpo político (NEGRI e HARDT, 2005, p. 251).

A produção dessa carne é uma produção monstruosa no sentido que é desmedida mas não necessariamente caótica. O que a carne da multidão produz é comum numa relação expansiva em espiral na medida e desmedida em que o que compartilhamos e produzimos hoje serve de base para o que produziremos e compartilharemos amanhã:

Isso talvez possa ser mais facilmente entendido em termos da comunicação como produção: só podemos nos comunicar com base em linguagens, símbolos, ideias e relações que compartilhamos e, por sua vez, os resultados de nossa comunicação constituem novas imagens, símbolos, ideias e relações comuns (ibidem, p. 256-257).

As relações entre produção, comunicação e comum seriam a chave para entender toda atividade social e econômica. Esquemáticamente, o comum é produzido e, por sua vez, também é produtor: nosso poder de comunicação é baseado no comum enquanto linguagem compartilhada; o próprio ato de comunicação é conduzido em comum, ou seja, no diálogo; todo ato de comunicação cria ainda mais comum, numa espiral ascendente. Fica mais claro, a esse ponto, a relação entre comum e comunicação. E fica mais claro ainda que é esse comum da comunicação é uma riqueza incomensurável que pode ser imediatamente capitalizada pela mídia corporativa (grupos hegemônicos de comunicação), pelas ditas mídias sociais e, mais em geral, pelas empresas privadas que são cada vez mais mediatizadas.

Se aqui apreendemos a relação entre comum e o “privado” – ou seja, a captura do comum pelo capital privado e sua transformação em propriedade particular –, qual seria a relação do comum com o “público”? O comum se distingue tanto da esfera estatal quanto do espaço da comunidade onde o individual se dissolve. O comum se expressa nos processos colaborativos da comunicação em particular e da produção em geral. Nele, as singularidades não são tolhidas, muito pelo contrário, elas o constituem enquanto singularidades. Em suma, o comum desloca as dicotomias tradicionais – entre privado *versus* público, como também entre indivíduo *versus* comunidade – e permite apreender, em suas manifestações, a multidão enquanto multiplicidade que o produz e por ele é produzida. A comunicação da multidão é o comum produzido por essa multiplicidade em constituição – do monstruoso Corpo sem

Órgãos ao *General Intellect* – e em oposição às capturas capitalistas que resultam em precariedade do trabalho e da vida.

A multidão e o “comum da comunicação”: Cordel dos Sem

Tendo aqui apresentado as noções de “império”, “multidão” e “comum” por meio da potente trilogia de Hardt e Negri, retorno então ao objeto desse artigo, qual seja, o Cordel dos Sem enquanto luta da multidão pelo “comum da comunicação” no Império. A ideia de um Cordel dos Sem me ocorreu em 2006 quando circulou pela internet um “Cordel da TV Digital”³ de autoria de Luciana Rabelo que convocava a população a discutir o modelo de TV Digital a ser implantado no Brasil. A escolha do modelo de comunicação não era apenas uma questão técnica mas uma necessidade política: com efeito, uma verdadeira democracia não pode se assentar numa comunicação baseada em monopólio ou concessões a uma minoria. O cordel afirmava:

Gente, comunicação
 é um direito humano!
 Não é somente um cano
 de passar informação.
 É forma de comunhão,
 forma de sobrevivência,
 de expressar nossa essência,
 de viver com liberdade,
 com mais naturalidade
 e também mais consciência.

O que me interessou no cordel não foi a discussão técnica sobre o modelo a ser implementado e sim a convocação política que a autora fez de modo bem humorado. A comunicação não é apenas campo de especialistas – de jornalistas entre outros – e sim um campo que deve ser mantido aberto à expressão de todos. Há no cordel uma expressão acidental: é próprio do cordel a espontaneidade, o verso formado no momento, a rima

³ <http://brasil.indymedia.org/media/2006/03/348366.wmv>.

encontrada no próprio ritmo do repentista. E essa expressão acontecimental caracteriza também a carne e a fala da multidão. À diferença da organização da classe operária, a constituição da multidão é imprevisível. É *kairòs* – o porvir – que abre *cronos*, isto é, a história, enquanto sucessão linear de fatos. E há também, no cordel, uma expressão constituinte. Em *Commonwealth* (terceiro livro da trilogia de nossos autores, ainda sem tradução no Brasil), Hardt e Negri afirmam que a questão não é tanto “o que é a multidão” (questão ontológica que abordamos antes), e sim “como fazer multidão” (questão social e política). Além desse deslocamento importante – do “ser da multidão” para o “fazer multidão” – há, em *Commonwealth*, um outro deslocamento, qual seja, o do “trabalho imaterial” ao “trabalho biopolítico”. À imaterialidade do trabalho contemporâneo, os autores acrescentam duas importantes características: a primeira é a “feminização” das atividades produtivas no sentido tanto da flexibilidade do horário, da sazonalidade dos contratos, da invisibilidade e da domesticidade quanto da importância que adquirem, nessa nova forma de trabalho, a relação e o cuidado com o outro, todas características supostamente femininas; a segunda é a “precarização” do trabalho contemporâneo que é devida em parte à “feminização” do trabalho já mencionada como também à exploração do trabalho dos imigrantes – na Europa, nos Estados Unidos e, mais recentemente, no Brasil. Essas características se somam à imaterialidade do trabalho contemporâneo e justificam essa abordagem em termos de “trabalho biopolítico”.

Hardt e Negri explicam detalhadamente a sua concepção de “biopolítico”: sua abordagem difere de análises que veem na biopolítica apenas a gestão normativa da população (vide François Ewald e Roberto Espósito); difere das análises que veem resistência apenas em situações extremas e marginais às formas totalitárias do poder (Giorgio Agamben, Jacques Derrida, Jean-Luc Nancy); e difere das análises que, embora reconheçam subjetividades que resistem às estruturas vigentes de poder, são delimitadas por uma moldura naturalística (G. Simondon, Bernard Stiegler, Sloterdijk). Enfim, afirmam que

nossa leitura não apenas identifica biopolítica com os poderes localizados e produtivos da vida – ou seja, a produção de afetos e linguagens através da cooperação social e da interação de corpos e desejos, e a invenção de novas relações a si e aos outros – como afirma a biopolítica como criação de novas subjetividades [...] (HARDT e NEGRI, 2009, p. 58).

Ou seja, entendem a biopolítica não apenas como reação, oposição ou resistência ao biopoder, mas como criação de novas subjetividades tendo afetos e linguagens como elementos centrais. Enquanto Hardt e Negri se interessam pela organização econômica e política desse “trabalho biopolítico”, eu tenho me interessado pela sua expressão social, cultural e artística, ou seja, pela sua estética constituinte nas metrópoles: uma estética da multidão que agence não apenas os movimentos pela comunicação mas os movimentos biopolíticos em geral, todos aqueles que lutam juntos pela criação de novas subjetividades com novos afetos e novas narrativas. Parte dessa criação tem sido aberta por movimentos contra os controles abusivos da internet e, sobretudo, por movimentos constitutivos de outras redes de expressão desde os Pontos de Cultura com suas Teias até os Pontos de Mídia Livre em seus primeiros Fóruns. Contudo, para que essas multiatividades culturalivistas ou medialivistas não sejam atravessadas pela precariedade econômica (formas de trabalho “free” mais próximas da atividade explorada do que da ação livre) e pela precariedade política (formas de representação política mais próximas da mística do consenso e da burocracia da convergência do que da radicalização democrática), é preciso ir além. Para que esse multiativismo não se transforme na política dos negócios ou nos negócios da política é preciso constituir o comum produtivo e político, seja ele analógico ou digital, natural ou artificial e, se possível, monstruosamente agenciado. O comum produtivo e político antagonista ao capitalismo e à governança imperial. Daí o Cordel dos Sem: Sem Teto, Sem Trabalho, Sem Máquinas Expressivas, Sem... Um Sem que é um Com – refiro-me novamente à dimensão constituinte dessa multiplicidade e à sua potência, não a uma ausência. Mais do que o comum na comunicação enquanto comunhão ou sentimento comunitário centrípeto, o que esse cordel lança é a comunicação como um turbilhão que arrasta subjetividades heterogêneas em um movimento centrífugo.

Uma conclusão que é uma chamada

Não sou tão boa de verso como a cordelista, mas aqui lanço o esboço de um Cordel dos Sem:

Gente, comum

não é apenas o comum natural:

a terra que plantamos, o ar que respiramos

e a água que bebemos.

O comum das metrópoles em que vivemos

é, sobretudo,

as maneiras como habitamos

(das residências familiares às ocupações compartilhadas),

as condições nas quais produzimos

(da carteira assinada na fábrica à cooperação autônoma na metrópole),

as linguagens, símbolos, ideias e relações através dos quais nos comunicamos

(das que recebemos quando chegamos ao mundo àquelas que criamos pelo caminho)

e os canais através dos quais nos expressamos

(dos meios de comunicação modernos à internet com suas monstruosas redes).

É hora de exodar

e, nesse êxodo, **criar o comum dos afetos e das narrativas da multidão!**

Referências

FOSTER, Hal. *Design & Crime [and other diatribes]*. Londres: Verso, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Multidão – Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

_____. *Commonwealth*, Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

SZANIECKI, Barbara; SILVA, Gerardo. Pontos de Mídia. *Revista Lugar Comum. Estudos de Mídia, Cultura e Democracia* n. 27, jan-abr 2009. Disponível em: <http://uninomade.net/lugarcomum/27/>.

VIRNO, Paolo. *Virtuosismo e Revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.